

A Paisagem Construída no Mediterrâneo Antigo: entre a Arqueologia e a História

Elaine F. Veloso Hirata*

HIRATA, E.F.V. A Paisagem Construída no Mediterrâneo Antigo: entre a Arqueologia e a História. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 11: 25-30, 2011.

Resumo: O Labeca – o Laboratório de estudos sobre a cidade antiga, sediado no MAE USP – vem desenvolvendo, desde 2006, projetos de pesquisas centrados no estudo das paisagens construídas pelas sociedades mediterrânicas em época antiga. Nesta comunicação apresentaremos alguns estudos realizados no âmbito do Laboratório que abordam a constituição das chamadas *paisagens de poder* (Smith 2003; Veronese 2006) em sítios de fundação grega na Sicília, durante os séculos VIII e VII a.C.

Palavras-chave: Paisagem construída – Poder – Religião – Sicília Antiga.

Neste texto temos como objetivos principais apresentar rapidamente os princípios teóricos norteadores das pesquisas sobre espaço e sociedade realizadas pelo Labeca – Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – e, a seguir, relatar estudos centrados na discussão sobre as *paisagens de poder*, expressão cunhada por autores britânicos e italianos para nomear os processos sociais de apropriação e mobilização de um território para a representação de formas de domínio de grupos hegemônicos em uma sociedade. A arqueologia, mais do que qualquer das outras ciências sociais, pode confrontar diretamente as dificuldades impostas pelo entendimento da autoridade por meio dos vestígios materiais, seja nas ruínas do ambiente construído, na distribuição dos artefatos nos sítios e mesmo nas imagens da cidade e do campo

construídas pelas várias fontes documentais interrogadas.

Nossos estudos no Labeca (www.usp.br/labeca) estão centrados em culturas que, em um momento de sua história, desenvolveram, ao lado de sistemas de comunicação não verbais, sistemas escritos de registro. Assim, o recurso às fontes materiais e escritas induziu os estudos do Mediterrâneo Antigo à sua mais antiga forma de interdisciplinaridade, entre a história e a arqueologia. Na verdade, tanto o registro material quanto o escrito são representações do passado e a questão é como fazer a crítica de cada um e relacioná-los. A escrita é vista por autores como Andrén (1998) como uma revolução conceitual que tornou possível transformar palavras em signos, ou seja, como o resultado de um processo de tecnologiação da palavra falada e, como tal, uma versão parcialmente diferente do passado, se comparada aos documentos materiais; os dois sistemas de informação, de toda forma, necessitam de

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Labeca - Laboratório de estudos sobre a cidade antiga. <ehirata@usp.br>

instrumentos de análise adequados, específicos para a sua decodificação.

Na visão atual dos arqueólogos do Mediterrâneo Antigo, os documentos escritos têm a mesma utilidade e função das analogias etnográficas na interpretação dos dados materiais de culturas ágrafas ou não. A contemporaneidade de produção de textos e coisas materiais por um grupo social é, por si só, um indicativo positivo em relação aos resultados a serem obtidos pela comparação destes dois conjuntos de dados.

As primeiras gerações de arqueólogos que trabalharam com as paisagens mediterrânicas utilizaram os textos dos autores antigos, gregos e romanos, para tentar identificar assentamentos, santuários e templos, campos de batalha. Essa dependência da arqueologia em relação aos textos foi e é alvo de inúmeras críticas; no entanto, ironicamente, nas palavras de John Cherry (2003: 141), o texto homérico desencadeou a implementação do que viria a ser o projeto precursor e o modelo dos modernos *surveys* na Grécia: o *University of Minnesota Messenia Expedition*. Este projeto, iniciado por volta dos anos 1950 tentando responder questões colocadas pela geografia homérica a respeito do reino de Nestor no sudoeste do Peloponeso, foi sendo ampliado gradativamente até abranger um mapeamento e estudo de sítios do Neolítico à época medieval nessa área. Assim, a interdisciplinaridade tornou-se indispensável para compreender, por exemplo, as alterações da linha costeira, as fontes alimentícias, a fertilidade do solo, a economia agrícola tradicional, bem como o estudo antropológico das comunidades camponesas da região. A partir desse trabalho pioneiro da Universidade de Minnesota, finalizado em 1972, os *surveys* regionais se multiplicaram na Grécia e, com eles, a interdisciplinaridade foi sendo consolidada nos estudos sobre as paisagens.

1. Arqueologia do espaço, arqueologia da paisagem, história do território

Sob qualquer uma das rubricas acima se inserem estudos arqueológicos contemporâneos inspirados nas relações de interdependência entre o *homem*, o *espaço* e o *tempo*.

Dentre os precursores de uma abordagem social do espaço está Gordon Childe que, já na década

de 1950, escreveu: “os homens gradualmente descobrem, por experimentação, como coisas e pessoas podem ser organizadas, definindo assim uma idéia de espaço. Então isto deve encontrar um veículo simbólico e ser expresso” (1954: 76). Nessa perspectiva, o ambiente que nos cerca existe em função de nossas ações e dos significados que imprimimos nele; tem, pois, a conotação de um espaço existencial. Já o espaço arquitetônico, o *ambiente construído*, nada mais é do que a concretização desse espaço existencial.

A relação espaço-sociedade é hoje um tema prioritário na pesquisa arqueológica e vem sendo abordado por estudiosos de várias correntes teóricas. Dentre os de vertentes pós-processualistas, destacaremos aqui aqueles que identificam no chamado *espaço construído* uma via de comunicação entre grupos sociais hegemônicos ou poderes institucionalizados e os demais grupos de indivíduos integrantes de uma sociedade.

A *Spatial Archaeology* nos remete a autores como David Clarke (1977); Hodder e Orton (1976) (Veronese 2006: 44) e à chamada, pelos italianos, Escola Inglesa, de início profundamente influenciada pelos estudos da geografia locacional (esfera de estudos voltada para a organização do território em função da alocação dos recursos e de uma racionalidade voltada para o mínimo dispêndio de energia) e da ecologia. Preocupados com o estabelecimento de procedimentos teórico-metodológicos adequados à pesquisa do espaço humano, os pensadores ingleses utilizaram modelos da geografia e instrumentos da estatística e da matemática para interpretar o caráter não-aleatório da distribuição espacial dos vestígios. Ao lado da arqueologia espacial, a arqueologia da paisagem, em sentido restrito, estaria mais afeita aos processos de transformação da paisagem no tempo, como resultante da ação do homem.

Uma e outra, no entanto, poderiam ser descritas simplesmente como a *história do território*, ou seja, a análise da distribuição espacial dos fenômenos arqueológicos para explicar as formas pelas quais diferentes sociedades humanas se reportavam ao espaço transformando-o em *lugar*, em *território*.

A perspectiva de estudos arqueológicos em *escala regional*, tão enfatizada pelos processualistas e efetivada por meio dos *surveys*, demonstrou que identificar lugares onde não existiram sítios era tão importante quanto identificar os lugares onde eles haviam existido; da mesma forma, os achados

de artefatos não só nos sítios como *entre* os sítios tornava claro que o exame do conjunto da paisagem, como arena para a atividade humana, importava mais que o conjunto de sítios. Nas palavras de Hamish Forbes (2007: 15):

“Analisando os padrões de surgimento e desaparecimento de sítios em uma região no tempo e a variação dos níveis de artefatos entre sítios, os arqueólogos reconheceram que estavam estudando as histórias contínuas das paisagens regionais e não simplesmente conjuntos de sítios.”

Espaço *territorializado* é, portanto, um produto social, um construto simbólico que assume formas materiais identificáveis pelo trabalho arqueológico. Enquanto realidade construída pela práxis humana, o território é tão mutável e dinâmico como a ação desses atores sociais. Neste sentido, “o espaço não pode ser interpretado como uma espécie de cenário sobre o qual são projetadas as ações do ser humano, mas como criação do homem sendo pelo homem completamente permeado e, na análise do mundo grego, o conceito de territorialidade é indissociável da noção de espaço definido politicamente, ou seja, de um espaço ligado ao homem e à sua identidade política” (Veronese 2006: 18).

2. Espaço e poder

Nos anos 1980, as discussões sobre as *Landscapes of Power*, as paisagens de poder, darão continuidade à tradição da pesquisa centrada em arqueologia espacial em ambiente acadêmico britânico. Nessa vertente, são seguidos por arqueólogos italianos que, sediados na Universidade de Pádua sob a liderança de Armando De Guio, desenvolvem modelos analítico-simulativos para entender as conexões entre o arranjo do território e as relações de poder presentes em uma sociedade (De Guio 1991). Para Francesca Veronese, discípula de De Guio, subjacente ao conceito de paisagens de poder “está a idéia de que uma sociedade estruturada e estratificada manifesta suas relações de poder por meio da assimetria, e é portanto a análise de tal assimetria que permite reconstruir a dimensão mais fugidia do espaço geográfico: a organização política” (2006: 47).

Como então pode o arqueólogo identificar as relações de poder no registro arqueológico? O poder,

em uma definição ligeira, significaria a capacidade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos de exercer controle sobre outros indivíduos ou sobre coisas, espaços. Essas relações de poder são continuamente reforçadas, negociadas, contestadas pelos diversos grupos que integram uma sociedade. Identificar as relações de poder pressupõe a identificação do sistema de símbolos por meio do qual essas relações são expressas, levando sempre em conta o dinamismo da realidade investigada: as representações do poder em sociedades antigas e atuais são veiculadas por meio da palavra, escrita ou oral, da imagética e também por um grande conjunto de objetos materiais.

A expressão “iconografia do poder” foi criada por pesquisadores italianos para designar um “complexo multiforme de signos ou sinais que se projetam no território sugerindo probabilisticamente a específica organização sócio-política” (Veronese 2006: 49).

A arqueologia contemporânea tem na investigação do recurso à materialidade como forma de expressão de todo tipo de poder – político, econômico, religioso – uma de suas áreas mais importantes de pesquisa.

No caso do mundo antigo, a abordagem tradicional, que via principalmente na arquitetura a originalidade e beleza da manifestação artística, cede lugar a análises do componente ideológico que marca essas construções. O dispêndio excepcional de recursos e de energia, transformados em trabalho por grandes contingentes de escravos, bem como a mobilização de artesãos altamente especializados, implicam uma forma de controle dessas atividades por um poder centralizador forte. É, portanto, necessário analisar as relações entre projetos construtivos, formas de poder e ideologia para que a explanação arqueológica tenha maior profundidade na análise das formações políticas do mundo antigo. “Estruturas monumentais, tais como templos ou palácios, mas também sepulturas, estátuas, relevos ou pinturas, são classes de evidências extremamente significativas em relação à expressão e à comunicação de ideologias por meio de sistemas simbólicos, visto que, em geral, a série de temáticas que simboliza relações não igualitárias – isto é, de poder – é bastante limitada; de toda forma, é a tal tipo de iconografia que se recorre, na falta de outros indícios, para reconstruir a configuração do poder político” (Veronese 2006: 50).

Pearson e Richards (1994) observam, na forma e disposição das estruturas arquitetônicas na paisagem, a manifestação visual da ideologia que dá suporte a relações sociais assimétricas, típicas de sociedades rigidamente hierarquizadas. Para esses autores, portanto, a relação entre ocupação do espaço e expressão de poder é uma via de acesso privilegiada para o estudo da estruturação social e política de uma sociedade.

Assim, na busca do entendimento das interações entre espaço, sociedade, relações de poder, o arqueólogo Bruce Trigger (1990) defende o pressuposto de que, nas construções monumentais, ou seja, naquelas que excedem tanto em *escala* quanto em *qualidade de construção* as necessidades funcionais de um edifício, atestam-se o chamado *consumo conspícuo*, um comportamento que integra as estratégias de afirmação do poder em sociedades estratificadas. Para o autor, nas sociedades humanas, o controle de energia constitui “a mais fundamental e universalmente reconhecida medida de controle de poder”, e daí decorre que “o mais básico meio pelo qual o poder pode ser simbolicamente reforçado é através do *consumo conspícuo de energia*” (1990: 128).¹ A arquitetura monumental é uma forma de alta visibilidade e durabilidade a comunicar esse consumo *extraordinário*, associando-o a um governante ou a uma camada hegemônica detentora do poder. Impõe uma mensagem claramente inteligível que sinaliza materialmente para a eternidade e imutabilidade de uma ordem social e, ao negar a possibilidade da mudança, responde ao temor e à ansiedade pela passagem do tempo. As obras monumentais podem efetivamente mascarar o arbítrio com que o poder é exercido, clamando por representar a vontade e o pensamento coletivos. São edificações que testemunham como esses detentores do poder conseguem dispor de habilidosos artesãos, uma grande monta de recursos materiais e massivas quantidades de trabalho para realizar essas obras. O princípio do *consumo conspícuo* seria, pois, a contrapartida oposta a outro comportamento

muito observado nas sociedades humanas, o princípio do *menor esforço*, ou seja, o recurso a um gasto maior de energia no tempo curto para reduzir o dispêndio da energia no tempo longo.

3. Espaço e Poder: um Estudo de Caso

Apresentaremos rapidamente a seguir alguns resultados de uma pesquisa centrada no estudo da distribuição espacial de espaços sagrados no âmbito de assentamentos fundados por migrantes gregos na Sicília, no século VIII a.C. (Hirata 2009, 2010).

A dimensão do sagrado, caracterizada materialmente pela edificação de construções monumentais – os templos – é para todo o mundo grego o instrumento manifesto do poder, o símbolo por meio do qual as comunidades políticas exprimem a posse e o controle de um território, frente às demais.

O longo processo de emergência das pólis gregas é registrado materialmente por evidências que vão da especialização dos espaços, inicialmente separando os vivos dos mortos até a edificação de um templo, em local socialmente definido como sagrado, mas que assume, neste momento, o papel de símbolo da comunidade política nascente. As paisagens gregas eram pontuadas por edificações sagradas que funcionavam como marcos territoriais, definindo os limites de extensão de uma pólis. Sobrepuñham-se, na paisagem, uma geografia do sagrado com a geopolítica de uma região.

Em assentamentos como Siracusa, Agrigento, Selinonte, Gela, fundados na Sicília por migrantes vindos de áreas da Grécia Balcânica a partir do século VIII a.C., vem sendo possível identificar, de maneira clara, a constituição destas paisagens sobrepostas, a religiosa e a política (Veronese 2007, *passim*). A instalação de locais de culto na direção do interior, ocupado pelas populações não-gregas, parece ter sido uma política instaurada pelos recém-chegados com o intuito de ampliar a área sob seu controle. Este é o caso do sítio de Gela que, poucos anos após a sua fundação (c. 688 a.C.), já dava início a um processo de interiorização que pode ser detectado arqueologicamente por meio de uma vasta rede de pequenas capelas onde a visitação das populações não-gregas é atestada.

A instauração de governos de tipo tirânico na Sicília é bastante precoce e permanece durante toda a história da presença grega na ilha (Hirata

(1) Para Trigger, o *consumo conspícuo* amplia uma perspectiva materialista do comportamento humano ao incorporar “vários aspectos significantes dos componentes ideacionais deste comportamento que aparecem no registro arqueológico” (Trigger 1990: 132).

2010). Assim como na Grécia Balcânica e na Jônia, os tiranos siciliotas manipularam o espaço para a afirmação e propaganda de seu poder. Inscreveram, no espaço público, edificações sagradas – os templos monumentais – que funcionaram como claros e duradouros marcos ideológicos, vetores da imbricação entre a religião e a política tão característica do mundo helênico. Nesta perspectiva, objetivavam a comunicação/propaganda de seu poder junto ao público local, ou seja, os seus governados, mas também com as pólis siciliotas vizinhas com quem viviam em clara competição desde as primeiras fases de implantação dos assentamentos, na disputa pela posse das melhores terras. A paisagem sagrada e a iconografia do poder são também reconhecidas pelas populações não-gregas, sistematicamente alijadas de suas áreas originais de ocupação pelo crescimento da população das pólis com quem ou interagem ou entram em conflito ou, por vezes, coabitam.

As paisagens da Sicília, após a chegada dos gregos, registram profundas transformações que vão de formas novas de ocupação e exploração dos espaços à constituição de uma paisagem simbolicamente construída que proclama o poder político ao mesmo tempo em que reconhece a primazia divina.

Para finalizar, cito Kristian Kristiansen (*apud* Cherry 2003: 158):

“A herança arqueológica contribui para a identidade de nações, povos e comunidades locais... Representa uma contribuição insubstituível ao que tem sido denominado a memória coletiva da raça humana. Esta memória é armazenada principalmente na paisagem. E é na paisagem que a herança deve ser protegida, e somente como ultimo refúgio, após a escavação, em museus (1989: 27)”.

HIRATA, E.F.V. The Constructed Landscape in the Ancient Mediterranean: Between Archaeology and History. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 11: 25-30, 2011.

Abstract: This paper resumes the results of some research projects developed at the LABECA – Laboratory of Studies about the Ancient City (www.mae.usp.br/labeca). The focus is the relationships between politic power and religion and their expression in the Sicilian landscape, *circa* VIII-VII BC.

Keywords: Constructed landscape – Power – Religion – Ancient Sicily.

Referências bibliográficas

- ANDRÉN, A.
1998 *Between Artifacts and Texts Historical Archaeology in Global Perspective*. New York: Plenum Press.
- CHERRY, J.F.
2003 *Archaeology beyond the Site: Regional Survey and its Future*. In: Papadopoulos, J.K.; Leventhal, R.M. (Orgs.) *Theory and practice in Mediterranean Archaeology: Old World and New World Perspectives*. Cotsen Institute of Archaeology; Los Angeles: University of California Press: 137-159.
- CHILDE, V.G.
1954 *Society and Knowledge*. Westport, Conn.: Greenwood.
- CLARKE, D.
1977 *Spatial Archaeology*, New York: Academic Press.
- DE GUIO, A.
1991 *Alla ricerca del potere: alcune prospettive italiane*. In: Herring, E.; Whitehouse, R.; Wilkins, J. (Orgs.) *The Archaeology of Power; Part 1, Papers of the Fourth Conference of Italian Archaeology*. London: 153-192.

FORBES, H.

- 2007 *Meaning and Identity in a Greek Landscape: An Archaeological Ethnography*. Cambridge: Cambridge University Press.

HIRATA, E.F.V.

- 2009 Monumentalidade e representações do poder em uma pólis colonial. In: Florenzano M.B.B.; Hirata, E.F.V. (Orgs.) *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo: EDUSP: 121-136.

- 2010 Arqueologia, Religião e Poder Político no Ocidente Grego. Tese de Livre Docência. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia-USP.

HODDER, I.; ORTON, C.

- 1976 *Spatial Analysis in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

PEARSON, M.P.; RICHARDS, C. (Eds.)

- 1994 *Architecture and Order. Approaches to Social Space*. London: Routledge.

RAPOPORT, A.

- 1969 *House Form and Culture*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.

- 1982 *The Meaning of Built Environment: A Non-verbal Communication Approach*. Beverley Hills: Sage.

SMITH, A.

- 2003 *The Political Landscape Constellations of Authority in Early Complex Polities*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

TRIGGER, B.

- 1990 Monumental architecture: a thermodynamic explanation of symbolic behavior. *World Archaeology*, 22: 119-131.

VERONESE, F.

- 2006 *Lo Spazio e la Dimensione del Sacro. Santuari greci e territorio nella Sicilia arcaica*. Padova: Esedra Editrice.